

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do Grupo HDI relativistas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A HDI Seguros faz parte do Grupo HDI, aqui representado pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguradora, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (Inicialmente denominada Sompo Consumer Seguradora), uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais de 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DI/ORE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetivada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo

continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias. Como parte das iniciativas de restruturação do Grupo HDI, em 14 de fevereiro de 2025, foi assinada uma Carta de Intenções (*Letter of Intent*) entre os acionistas da HDI Global Seguros S.A. e a HDI International AG, formalizando a intenção de ambas as partes de implementar uma reorganização societária intra-grupo, a ser realizada em 1º de abril de 2025. Essa reorganização envolve a alteração do controle direto da HDI Global Seguros S.A. Após o *closing* todas as atividades da HDI Global Seguros S.A. será consolidada pela HDI Seguros S.A., sem que haja alteração do controlador final. **Resultados e Evolução patrimonial:** No exercício de 2024, a HDI Seguros registrou o total de R\$ 5,6 bilhões de prêmios emitidos e lucro líquido de R\$ 777 milhões. Para sustentar essa operação, a HDI Seguros conta com ativos de R\$ 13,1 bilhões e reservas de R\$ 4 bilhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos de todas as marcas ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeG) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. A prioridade da Companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Os acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Companhia. **Governança corporativa:** Segundo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSeG e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguídos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023	
CIRCULANTE		4.713.748	3.659.278	CIRCULANTE		4.440.333	3.391.331	
Disponível...		35.970	6.403	Contas a pagar	14a	370.743	271.262	
Caixa e bancos		35.970	6.403	Obrigações a pagar		169.339	98.700	
Aplicações...	5	1.522.523	1.303.950	Impostos e encargos sociais a recolher		161.424	128.070	
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	2.173.437	1.638.970	Encargos trabalhistas		27.318	21.737	
Prêmios a receber		2.057.460	1.578.667	Impostos e contribuições		11.464	7.953	
Operações com seguradoras		208	7.918	Outras contas a pagar		1.198	14.802	
Operações com resseguradoras		115.769	52.385	Débitos de operações com seguros e resseguros	15	274.290	144.703	
Outros créditos operacionais		28.594	17.836	Prêmios a restituir		2.111	1.132	
Ativos de resseguros e retrocessão...	7	97.051	39.311	Operações com seguradoras		235	247	
Títulos e créditos a receber		141.857	137.262	Operações com resseguradoras		134.938	36.387	
Títulos e créditos a receber	8.1a	65.935	77.952	Corretores de seguros e resseguros		124.210	94.257	
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	69.298	53.951	Outros débitos operacionais		12.796	12.680	
Outros créditos		6.624	5.359	Dépôsitos de terceiros	16	26.146	4.125	
Outros valores e bens	9	107.667	84.039	Dépôsitos de terceiros		26.146	4.125	
Bens à venda	9b	64.935	43.896	Provisões técnicas - seguros	17	3.759.073	2.958.929	
Outros valores		42.732	40.143	Danos		3.691.828	2.933.734	
Despesas antecipadas		28.126	22.206	Pessoas		67.245	25.195	
Custos de aquisição diferidos...	10	578.523	409.301	Outros débitos	9d	10.081	12.312	
Seguros		578.523	409.301	Débitos diversos		10.081	12.312	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.403.246	8.252.132	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		587.140	579.527	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.786.241	1.301.232	Contas a pagar	14	266.278	236.887	
Aplicações		5	1.447.354	Tributos diferidos		94.319	86.887	
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	318	-	Outras contas a pagar		171.959	150.000	
Prêmios a receber		318	-	Débitos de operações com seguros e resseguros	15	74	-	
Ativos de resseguros e retrocessão	7	16.853	46.197	Corretores de seguros e resseguros		74	-	
Títulos e créditos a receber	8.2a	292.345	128.078	Provisões técnicas - seguros	17	278.022	297.667	
Créditos tributários e previdenciários		279.711	118.642	Danos		275.822	295.164	
Depósitos judiciais e fiscais		12.554	9.436	Pessoas		2.200	2.503	
Outros valores e bens	9d	25.381	28.157	Outros débitos	18	21.246	23.062	
Despesas antecipadas		1.010	301	Provisões judiciais		5.855	5.564	
Custos de aquisição diferidos...	10	2.980	3.284	Outros débitos operacionais		9d	15.665	16.347
Seguros		2.980	3.284	Débitos diversos		15.665	16.347	
INVESTIMENTOS		3.757.330	6.620.472	Capital social	19	8.089.521	7.940.552	
Participações societárias		3.757.330	6.620.472	Reservas de lucros		7.434.220	7.304.624	
IMOBILIZADO		26.782	30.398	Aumento de capital (em aprovação)		-	5.129.305	
Bens móveis		24.066	25.836	Reservas de lucros		797.541	482.179	
Outras imobilizações		2.716	4.562	Ajuste de avaliação patrimonial		(142.240)	24.444	
INTANGÍVEL		2.832.893	300.030	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO...			13.116.994	11.911.410
Ágio		2.587.813	176.478					
Outros intangíveis		245.080	123.552					
TOTAL DO ATIVO		13.116.994	11.911.410					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Os acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Companhia. **Governança corporativa:** Segundo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSeG e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguídos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.
os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Os acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Companhia. **Governança corporativa:** Segundo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSeG e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguídos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.
os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Os acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Companhia. **Governança corporativa:** Segundo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSeG e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguídos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.
os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Os acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Companhia. **Governança corporativa:** Segundo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSeG e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguídos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

os títulos e valores

• continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.14 e 3.15 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 13 - Ativo intangível; • Notas 3.8, 3.9 e 17 - Provisões técnicas; • Notas 3.13 e 18 - Provisões judiciais; • Nota 3.17 e 9 - Arrendamentos; e • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.4 Novas normas e interpretações:** **2.4.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades fornecem informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **2.4.2 Novas normas e interpretações adotadas:** **a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros: o pronunciamento substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros e (II) redução ao valor recuperável (*impairment*). **Transição para o CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas à classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. **(I) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:** O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. • **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; • **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: • As categorias de classificação de ativos financeiros mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Receíveis deixaram de existir. • Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: • **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Receíveis, Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e • **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os derivativos e ativos financeiros mantidos para negociação. • As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. • A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente. **(II) Redução ao Valor Recuperável (*impairment*):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios, a depender da situação inicial no momento da compra do ativo e da situação atual de capacidade de pagamento da contraparte: **Estágio 1** - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses: calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses; este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontravam em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2** - (*Life-long calculation*) Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro: neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3** - Perda esperada a partir do valor de mercado: Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada da forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir do seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior.

Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48:

	01/01/2024
	Patrimônio Líquido
	7.940.552
(a)	(1.816)
(b)	(787)
	315
	7.938.264

Saldo inicial de acordo com o CPC 38:

Perdas esperadas de ativos financeiros.....

Modificação de ativos financeiros.....

Impostos diferidos sobre os ajustes.....

Saldo final de acordo com o CPC 48:

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023. Sobre o valor registrado de adoção inicial (R\$ 1.334) foi calculado impostos de R\$ 454 de CSLL e R\$ 272 de IRPJ. (b) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Reconciliação dos ativos financeiros entre CPC 38 e CPC 48:

	CPC 38	CPC 48	
	31/12/2023	01/01/2024	
Ativos financeiros			
Mantidos para negociação.....			
Mantidos para negociação	929.864	(929.864)	
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira	12.992	(12.992)	
Letras financeiras	851	(851)	
Certificado de depósito bancário	282	(282)	
Quotas de fundos de investimento	744.281	(744.281)	
Fundo de investimento em participações	171.458	(171.458)	
Disponíveis para venda.....			
Disponíveis para venda	1.383.351	(1.383.351)	
Certificado de cédula de crédito bancário	26.155	(26.155)	
Certificados de depósito bancário	50.000	(50.000)	
Depósito à prazo com garantias especiais	15.651	(15.651)	
Letras financeiras	82.358	(82.358)	
Notas do tesouro nacional	924.155	(924.155)	
Letras do tesouro nacional.....	273.805	(273.805)	
Debêntures	11.227	(11.227)	
Mantido até o vencimento.....			
Mantido até o vencimento	85.950	–	
Notas do tesouro nacional	85.950	(85.950)	
Empréstimos e recebíveis.....			
Prêmios a receber de segurados	1.638.970	(1.650.255)	
Operações com congêneres	1.588.923	(1.588.923)	
Operações com resseguradoras	8.219	(8.219)	
(-) Redução ao valor recuperável	53.113	(53.113)	
Total de ativos financeiros	4.038.135	–	
Ao valor justo por meio do resultado (VJR).....			
	929.864	–	
	929.864	929.864	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).....			
	1.383.351	85.163	1.468.514
Certificado de cédula de crédito bancário	26.155	–	26.155
Certificados de depósito bancário	50.000	–	50.000
Depósito à prazo com garantias especiais	15.651	–	15.651
Letras financeiras	82.358	–	82.358
Notas do tesouro nacional	924.155	85.163	1.009.318
Letras do tesouro nacional.....	273.805	–	273.805
Debêntures	11.227	–	11.227
Custo amortizado	1.650.255	(12.314)	1.637.941
Prêmios a receber de segurados	1.588.923	–	1.588.923
Operações com congêneres	8.219	–	8.219
Operações com resseguradoras	53.113	–	53.113
(-) Redução ao valor recuperável	–	(12.314)	(12.314)
Total de ativos financeiros	4.038.135	–	(1.816)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).....			4.036.319

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam número disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuado a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses

ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e dessa forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolêgem. **Informações prospectivas:** O

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Estimativa de Recebimento de Salvados e Ressarcimentos corresponde à expectativa de recuperação futura de salvados e resarcimentos de sinistros ocorridos e ainda não liquidados. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter - Ferguson (BF) para estimativa do montante final de recuperações. Sobre a parcela administrativa estimada de salvados, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas de recebimento com base nas taxas prefixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) e sua atualização é realizada com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.9 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/22, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo a opção prefixada, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os Impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP de prêmios registrados foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, IBNR e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 63,49% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados correntes dos fluxos de caixa e os sinistros a ocorrer, acrescidos das estimativas das respectivas despesas; deduzida dos custos de aquisição e cancelamento. O Resultado do fluxo de sinistros a ocorrer está apresentado abaixo:

	Registrados:		
	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel.....	1.848.992	1.390.146	(458.847)
Patrimonial.....	312.337	193.874	(118.463)
Rural.....	61.850	36.872	(24.977)
Transporte.....	5.524	3.461	(2.063)
Responsabilidades.....	19.203	8.100	(11.103)
Pessoas Coletivo.....	18.504	10.685	(7.820)
Pessoas Individual.....	8.510	5.678	(2.832)
Total.....	2.274.920	1.648.816	(626.105)
Não registrados:			
Grupo de ramo			
Transporte.....		13.553	
Pessoas Coletivo.....		5.334	
Habitacional.....		5.263	
Total.....		24.150	

Fluxo de caixa Estimado - Consolidado

3.10 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.11 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 21b. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.13 Provisões judiciais:** São constituidas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.14 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.15 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos da aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início da vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.16 Dividendos recebidos:** As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **3.17 Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach - Presidente
João Francisco S. Borges da Costa - Vice-Presidente
Nicolas Masjuan
Maximiliano Javier Casas Sanchez
Fabiana Valério Arana

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri - CEO
Reinaldo Amorim Lopes - CFO
Rafael de Gouveia Ramalho - Vice-Presidente Técnico de Automóvel
Igor Di Beo - Vice-Presidente Técnico Demais Ramos
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Vice-Presidente de Controles Internos
Marcos Machini - Vice-Presidente Comercial
André Steiner Truzzi - Vice-Presidente de Transformação

Rogerio do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mirela Barboza Pontes
Atuário Responsável Técnico
MIBA 1916

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da HDI Seguros S.A. - "As demonstrações Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/. Os referidos relatórios do auditor

demonstrações contábeis foram emitidos em 26 de fevereiro de 2025, sem modificações."

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

ESTADÃO

QUER
RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS
ATOS SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos
o Estadão leva
informação editorial
com transparência
e credibilidade,
admirado por
leitores qualificados
e reconhecido pelo
mercado publicitário
em todo o Brasil.

ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA
DE RESULTADOS FINANCEIROS
E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA



CONSULE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS

A FORÇA
DO IMPRESSO
+2,2M DE
LEITORES

CIRCULAÇÃO
NACIONAL
209.132 EXEMPLARES
(IMPRESSO+DIGITAL)

ESTADÃO.COM
34M VISITANTES
ÚNICOS

LÍDERES
E FORMADORES
DE OPINIÃO
LEEM O ESTADÃO
DIARIAMENTE